

Governo propõe audiência de conciliação com Ministério Público, para tentar contratar temporariamente 929 docentes. Promotor só participará de reunião após saber quantos profissionais estão cedidos

MPDF quer saber onde estão os professores

MARIA FERRI

DA EQUIPE DO CORREIO

O Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) pediu à Secretaria de Educação uma lista dos professores cedidos a outros órgãos. A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social quer saber a quantidade de profissionais afastados da função. Com os dados, analisará se há necessidade de o governo admitir profissionais provisórios para suprir a carência de professores na rede pública. O MPDF também só participará de uma audiência de conciliação depois que receber os nomes dos servidores emprestados.

Durante o encontro, a Secretaria de Educação tentará convencer a promotoria a dar um parecer favorável à ampliação do número de contratos provisórios. Em toda a rede pública, o déficit passa de 1,7 mil profissionais. Alunos de algumas classes não tiveram aula desde o começo do ano letivo, iniciado há quase dois meses — em 14 de fevereiro —, ou estão sem algumas matérias importantes, como Português, Matemática, Física, História e Geografia. Estimativas da própria secretaria revelam que 12,5% dos estudantes da rede pública estão prejudicados — cerca de 70 mil.

O governo protocolou os pedidos de admissões provisórias de mais 929 docentes e o agendamento da audiência junto ao processo judicial em que já foram aprovadas 1.174 contratações temporárias. “É uma forma de estender a decisão para as novas carências que surgiram. Não há outra medida possível para substituir os professores que se afastaram temporariamente e voltarão a ocupar as cadeiras. A convocação de funcionários cedidos é remota”, disse a secretaria de Educação, Wandercy Camargos, em entrevista (leia ao lado).

O processo é analisado pelo MPDF, que sempre defendeu o ingresso de servidores por meio de concurso. O promotor Alexandre Sales de Paula e Souza, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social, informa que tem até amanhã para dar um parecer sobre o pedido de mais contratos e não vê problemas em participar da audiência de conciliação, que só poderá ser agenda-

da quando o processo for devolvido. Mas impôs uma condição antes de sentar com o governo para discutir o assunto. “Quero saber quantos professores estão cedidos. Queremos uma radiografia do problema para analisar a real necessidade de contratações temporárias.” A secretária de Educação não informou quantos funcionários estão em outros órgãos. Alegou que não recebeu o levantamento.

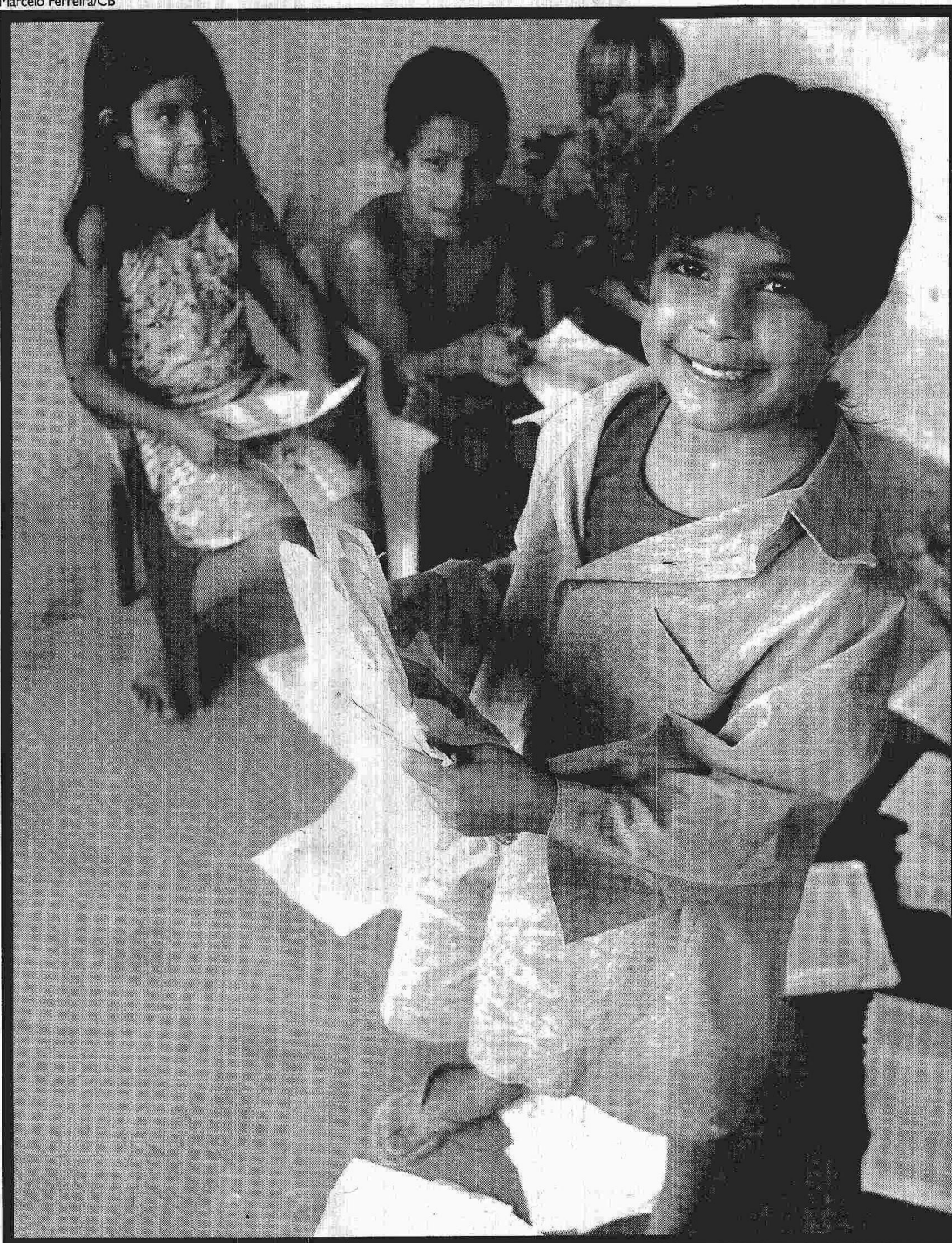
Constituição

De acordo com o promotor, a admissão de docentes em caráter provisório viola a Constituição Federal, que determina a realização de concurso para preenchimento de cargos na administração pública. O MPDF chegou a entrar com um Agravo de Instrumento para a anular a decisão do juiz Iran de Lima, da 5ª Vara de Fazenda Pública, que permitiu 1.174 contratações, em 2 de março. Mas o desembargador Waldir Leônico Júnior, da 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça, manteve a decisão de primeira instância.

O promotor sugere três saídas para resolver o problema: requisitar os funcionários cedidos, nomear os candidatos aprovados ou a realização de novo concurso. “A Secretaria tem que ter um quadro ajustado para cobrir as licenças, que são rotineiras.” Segundo levantamento do MPDF, de 2000 a 2003, foram contratados, em média, 5.016 professores por ano. Em 2001, 6.078 docentes entraram para o serviço público sem concurso. No mesmo período, foram realizadas duas seleções, validadas em dezembro de 2000 e janeiro de 2003. Na primeira, 1.885 candidatos foram aprovados, mas só 39,8% (751) tomaram posse. Na de 2003, o total de aprovados foi de 5.940 e apenas 11,4% (679) foram convocados.

O promotor Alexandre Sales informa que, todos os dias, dezenas de aprovados procuram a Promotoria de Defesa da Educação (Proeduc) para reclamar que não foram chamados. Adriana Tomás de Souza, 30 anos, moradora do Guará, passou em primeiro lugar no concurso de 2003 para professora do ensino fundamental, na regional do Gama. “Será que não abrem vagas definitivas? Ninguém morre, se aposenta ou pede exoneração?”

Marcelo Ferreira/CB



LORRANNY (D) FINGE DAR AULA PARA OS IRMÃOS JÉSSICA, ANDERSON (C) E HENRIQUE: SEM PROFESSORES